

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JANEIRO DE 2020 -----

----- ATA NÚMERO UM/DOIS MIL E VINTE -----

----- Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Engenheira Amélia Maria Viegas Palma, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número trinta e cinco, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira. -----

----- Não participou na votação a Senhora Vereadora Amélia Palma por não ter estado

presente na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----E ata número trinta e seis, de dois mil e dezanove, de onze de dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma.-----

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS:-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizadas nos passados dias vinte de dezembro de dois mil e dezanove e seis de janeiro de dois mil e vinte, os quais são: -----

-----Realizada a vinte de dezembro de dois mil e dezanove: -----

-----“Informações: -----

-----Tomou conhecimento do Balancete do Movimento de Tesouraria;-----

-----Elaboração de proposta de deliberação a submeter ao Conselho de Administração para efeito de assunção pelos SIMAS da responsabilidade pela gestão e manutenção das Estações Elevatórias localizadas nas praias do Concelho de Oeiras - Retirada; -----

-----Tomou conhecimento da prescrição de faturas em dívida relativas a água e tarifas associadas, tarifa de conservação de esgotos e tarifas de ligação ao coletor de Oeiras e Amadora;

-----Auditoria à Área de Gestão Comercial e Financeira e à Área da Contratação Pública - Adiada. ---- -----

----- Propostas de deliberação:-----

-----Proposta de renovação de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

Resolutivo Certo, Vânia Isabel da Silva Figueiredo - Divisão de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Manual de procedimento da contratação pública dos SIMAS - Adiada;-----

----- Abertura de procedimento por consulta prévia, com consulta a sete entidades, destinado ao fornecimento contínuo, por lotes, de materiais de armazém - Lote um referente a materiais em latão, com o preço base de referência trinta mil euros, o lote dois referente a tomadas em carga e acessórios antitração, com o preço base de referência vinte mil euros e o lote três referente a materiais em poliacetal, com o preço base de referência vinte e cinco mil euros, pelo preço global base de setenta e cinco mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução pelo período de um ano, a ocorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento, por concurso público, destinado à aquisição e montagem de pórtico de lavagem de viaturas, pelo preço base de quarenta e um mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de sessenta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento, por consulta prévia a três entidades, destinado à aquisição de uma aplicação de gravação de chamadas - Revogação do ato administrativo de abertura do procedimento datado de vinte e oito de outubro de dois mil e dezanove (Proposta de deliberação trezentos e setenta e cinco) e deliberação de nova abertura de procedimento - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público destinado ao fornecimento e instalação de arejadores de alta segurança, pelo preço base de setenta e dois mil e quinhentos euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de cento e vinte dias- Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Procedimento por concurso público para a empreitada destinada à substituição de

condutas e ramais existentes na ZMC da Fábrica das Gabardines - Sul, Freguesia da Venteira, no Concelho da Amadora - Adjudicação à empresa Aquorbis, Limitada, pelo valor de cento e setenta mil novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de cento e cinquenta dias, a decorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por concurso público para a empreitada destinada à substituição de condutas e ramais existentes na Avenida Camilo Castelo Branco, Rua Andrade Corvo, Praceta Conde Arnoso e Rua Trindade Coelho, na Freguesia das Águas Livres, no Concelho da Amadora - Adjudicação à empresa Mafrágua, Limitada, pelo valor de cento e noventa e três mil setenta e quatro euros e onze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de cento e oitenta dias, a decorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----

-----Procedimento por concurso público para a empreitada destinada à substituição de condutas e ramais existentes na Avenida Eduardo Jorge e ruas adjacentes, na Freguesia da Falagueira-Venda Nova, no Concelho da Amadora - Adjudicação à empresa Aquorbis, Limitada, pelo valor de cento e setenta e seis mil duzentos e noventa e três euros e setenta e nove cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de cento e cinquenta dias, a decorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento, por concurso público, destinado à celebração de acordo quadro para a aquisição de serviços de inspeção CCTV e limpeza/desobstrução das redes domésticas e pluviais no Concelho de Oeiras - anos de dois mil e dezanove/dois mil e vinte - Adjudicação à empresa Blueotter - Circular, Sociedade Anónima, antigamente designada por Egeo Circular, Sociedade Anónima, pelo valor de sessenta e seis mil e oitenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias, a ocorrer durante os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para execução da empreitada destinada à reposição de pavimentos no Concelho da Amadora, para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Adjudicação à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de oitenta mil e dezoito euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por consulta prévia a três entidades para a aquisição de serviços com vista à “Manutenção dos sistemas de AVAC dos postos da Amadora, de Algés e dos Serviços Técnicos da Brandoa” - Adjudicação à entidade “Telefrio - Manutenção e Instalações AVAC, Unipessoal, Limitada”, pelo valor de cinquenta e um mil novecentos e cinquenta euros, acrescido de IVA, com um prazo de execução de três anos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; ---

----- Empreitada de reparação do Coletor Pluvial em Algés, no Concelho de Oeiras - AD dezanove mil cento e setenta e quatro/dois mil e dezanove - Ratificação do Ato de Suspensão dos Trabalhos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Empreitada de Construção do Novo Edifício dos Serviços Técnicos dos SIMAS de Oeiras e Amadora, em Leceia - Concurso público setenta e sete, de dois mil e dezasseis - Proposta de fecho de contas apresentada pela NORCEP a coberto da missiva de vinte e um de julho de dois mil e dezanove - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Empreitada destinada à Intervenção nos Vãos de Fachada e na Cobertura do Edifício Sede dos SIMAS, em Oeiras - Concurso público dezanove mil cento e catorze, de dois mil e dezanove - Ratificação do ato de suspensão dos trabalhos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-- -----

----- Empreitada de “Remodelação das Redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais na Rua de Angola e Praceta de Diu, na Freguesia da Venteira, no Concelho da Amadora” - Concurso público dezanove mil e sessenta e um, de dois mil e

dezanove - Ratificação do ato de suspensão dos trabalhos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----

-----Empreitada de “Substituição de condutas e ramais existentes na ZMC dos Quartéis, Freguesia da Venteira, no Concelho da Amadora” - Concurso público noventa e cinco, de dois mil e dezoito - Ordem de Não Execução de Trabalhos Previstos no Contrato - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por ajuste direto com consulta à entidade Terrages, Limitada, destinado à aquisição de GPS Profissional SP Vinte - Adjudicação pelo valor de quinze mil novecentos e noventa e oito euros, acrescido de IVA, para um prazo de execução de vinte dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por concurso público para a celebração de acordo quadro para execução da empreitada destinada à instalação e reparação de ramais, tampas e caixas de visita nas redes de águas residuais, no Concelho de Oeiras - Adjudicação à empresa “Mafrágua, Limitada”, pelo valor de trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e oito euros e dezasseis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução máximo de quatrocentos e cinquenta dias, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Proposta de renovação de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, Magda Inês Neves da Silveira - Divisão de Planeamento e Projetos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Proposta de renovação de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, Paula Maria Rocha Vieira Leite - Divisão de Leituras Serviços Operacionais - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Mobilidade interna na categoria, da Assistente Técnica, Célia Cláudia Nogueira Correia - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Mobilidade Intercarreiras/Intercategorias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Mobilidade interna na modalidade intercarreiras, da Assistente Técnica, Carla Susete Rodrigues Pinto e recurso a bolsa de recrutamento para celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Indeterminado para um Assistente Técnico - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Abertura de procedimento por ajuste direto, em função de critérios materiais, para a prestação de serviços destinados à instalação, comissionamento e integração na telegestão dos SIMAS de Oeiras e Amadora de sessenta e dois analisadores de energia, dezanove caudalímetros e oito transmissores de nível, pelo preço base de quarenta e seis mil e quinhentos euros, acrescido de IVA, com o prazo de execução de vinte semanas, após consignação, a ocorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Autorização para abate ao inventário dos SIMAS e subsequente disponibilização ou alienação de bens informáticos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Proposta de tarifário para o ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Taxa de Recursos Hídricos - Atualização dos valores para dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Calendarização das reuniões do Conselho de Administração para dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Mobilidade na categoria da trabalhadora Marta Bastos Martins da Cruz Pinho - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Prorrogação de mobilidade interna na categoria, da Técnica Superior, Susana Gilot Mendes de Carvalho Pereira e Guerreiro - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Proposta de renovação de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo

Resolutivo Certo, Vítor Manuel Ferreira Miranda - Divisão de Controlo de Perdas e Cadastro - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Mobilidade interna na categoria para a Divisão de Informática e Sistemas de Informação de dois Assistentes Técnicos, por recurso a publicitação de oferta na Bolsa de Emprego Público - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Consolidação da mobilidade na categoria da trabalhadora, Marta Sofia Monte Sousa Campos - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para execução da empreitada destinada a trabalhos de manutenção de infraestruturas de abastecimento de água - Acessórios, ramais, caixas e outros, no Concelho de Oeiras - Adjudicação à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de cento e quarenta e sete mil e nove euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Reapreciação CCA - Avaliação SIADAP Maria Dulce Saraiva Brás Lourenço - Foi aprovado, por unanimidade, o indeferimento do solicitado;-----

-----Procedimento por concurso público com publicidade internacional, por lotes, destinado à aquisição de serviços de seguros do ramo “Não Vida” pelo período de dois anos - Caducidade da adjudicação - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Processo de inquérito três, de dois mil e dezoito - Foi aprovada, por unanimidade a proposta de arquivamento;-----

-----Procedimento por consulta prévia a três entidades para a aquisição de serviços com vista à “Compilação e Elaboração do Manual de Normas e Procedimentos Técnicos dos SIMAS” - Adjudicação à entidade “Hidra, Hidráulica e Ambiente, Limitada”, pelo valor de trinta e sete mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de duzentos e quarenta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Prorrogação Extraordinária de Mobilidades - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-- -----

----- Auditoria na sequência do relatório final do processo de inquérito SIMASOA/dois mil e dezoito - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto pelo Auditor, doutor Paulo Jorge Gonçalves Pinto.”-----

----- Realizada a seis de janeiro de dois mil e vinte:-----

----- -“Informações: -----

----- Tomou conhecimento da proposta de deliberação da CMO número novecentos e noventa e sete, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro de dois mil e dezanove - Nomeação dos membros do Conselho de Administração dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Presidente do Conselho de Administração, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Afonso Morais e como Vogal a Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Oeiras, doutora Joana Micaela Salvador Batista;-----

----- Tomou conhecimento da proposta de deliberação da Câmara Municipal da Amadora número seiscentos e cinquenta e sete, de dois mil e dezanove, de dezoito de dezembro de dois mil e dezanove - Nomeação do Vogal do Conselho de Administração dos SIMAS de Oeiras e Amadora, o Senhor Vereador da Câmara Municipal da Amadora, engenheiro José Agostinho Marques;-- -----

----- Auditoria à Área de Gestão Comercial e Financeira e à Área da Contratação Pública (Adiada do Conselho de Administração de vinte de dezembro de dois mil e dezanove) - Adiada;-

----- Tomou conhecimento do Balancete do Movimento de Tesouraria;-----

----- Tomou conhecimento do Programa de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano de dois mil e vinte; -----

----- Tomou conhecimento do ofício do IGF - Controlo da contratação pública dos SIMAS de Oeiras e Amadora.-----

----- Propostas de deliberação:-----

------(Adiada do Conselho de Administração de vinte de dezembro de dois mil e dezanove) - Manual de Procedimento da Contração Pública dos SIMAS - Adiada;-----

-----Foi aprovada, por unanimidade, a Delegação de competências do Conselho de Administração no seu Presidente, com faculdade subdelegatória no Diretor-Delegado;-----

-----Foi aprovada, por unanimidade, a Delegação de competências do Conselho de Administração na vogal nomeada pela Câmara Municipal de Oeiras;-----

-----Foi aprovada, por unanimidade, a Delegação de competências do Conselho de Administração no vogal nomeado pela Câmara Municipal da Amadora;-----

-----Delegação de competências do Conselho de Administração no Diretor Delegado, com faculdade subdelegatória nos Dirigentes - Adiada;-----

-----Procedimento por concurso público para a empreitada de “Remodelação das redes de drenagem na Freguesia da Venteira - Amadora - Tomo dois - Zona Sul” - Adjudicação à empresa JPMAENG, Limitada, pelo valor de quinhentos e cinquenta mil trezentos e quarenta e dois euros e sete cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de duzentos e quarenta dias, a ocorrer no decurso dos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por ajuste direto para a aquisição de serviços destinados à manutenção de hidrantes instalados no Concelho da Amadora - Adjudicação à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Amadora, pelo valor de catorze mil e dois euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias, a ocorrer no ano de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.”-----

4 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO:-----

-----O Senhor Vereador Carlos Morgado prestou à Câmara as seguintes informações: -

-----“Desejo a todos os presentes um ano de dois mil e vinte com muita saúde e sucesso. -

----- Passo a enumerar os eventos em que marquei presença:-----

----- - No dia dezoito de dezembro, pelas quinze horas, estive presente na Festa de Natal do Centro Nuno Belmar da Costa, que decorreu nas suas instalações.-----

----- - No dia vinte de dezembro, pelas dezasseis horas e trinta minutos, estive presente na Festa de Natal dos Aposentados da Câmara Municipal e SIMAS, organizada pelo CCD, que teve lugar nas instalações da AERLIS. -----

----- - No dia vinte e dois de dezembro, pelas treze horas, compareci num almoço de confraternização promovido pela Pombal Vinte e Um nas suas instalações, direcionado aos seniores. -- -----

----- - No mesmo dia, pelas quinze horas, desloquei-me ao Bairro dos Navegadores, mais concretamente ao Centro de Convívio, para assistir a parte da Festa de Natal. -----

----- - Ainda no mesmo dia, pelas dezassete horas, assisti a um magnífico concerto do Grupo Cramol da Biblioteca Operária Oeirense & A Cumpagnia, grupo coral polifónico da Córsega, na Igreja de Paço de Arcos.-----

----- - No dia vinte e oito de dezembro, pelas onze horas, estive presente na Festa da Sagrada Família de Caxias, organizada pela Associação dos Amigos de Caxias, em Laveiras, tendo participado na missa, procissão e almoço. -----

----- - Ainda no mesmo dia, pelas dezoito horas, desloquei-me ao Pavilhão Gimnodesportivo do Clube Desportivo de Paço de Arcos para presenciar um encontro com várias equipas de hóquei em patins organizado pelo Clube Desportivo de Paço de Arcos, tendo em vista a angariação de fundos para fazer face a despesas relacionadas com o internamento de um guarda-redes, Énio Abreu, da equipa B, de hóquei em patins, na Madeira. -----

----- - No dia quatro de janeiro, pelas dezasseis horas e trinta minutos, desloquei-me ao Polidesportivo dos Unidos Caxienses onde decorreu um convívio comemorativo do nonagésimo aniversário desta instituição, realçando o extraordinário trabalho que estes Órgãos Sociais têm

feito nos últimos anos. -----

----- - No dia seis de janeiro, pelas dezassete horas, estive presente na Marina de Oeiras para assistir às janeiras promovidas pela Oeiras Viva. -----

-----No mesmo dia, pelas vinte horas e trinta minutos, desloquei-me à Sala de Jantar do Palácio Marquês de Pombal para o Jantar de Reis da Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

5 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:

-----“Começo por desejar um bom ano a todos os presentes. -----

----- - No início do mês de dezembro desloquei-me à cidade do Porto, mais propriamente ao Parque de Serralves, onde foram recentemente inaugurados uns passadiços que percorrem o parque ao nível da copa das árvores. -----

-----É uma obra de arquitetura promovida pelo arquiteto Álvaro Siza, é um bom exemplo do que nós podemos replicar em Oeiras, designadamente ao nível da Estação Agronómica. -----

-----A minha deslocação ao Parque de Serralves está relacionada com uma boa prática, do ponto de vista da arquitetura, do ambiente que nós pretendemos trazer para Oeiras, nesse sentido já foi promovida uma reunião com o arquiteto, que esteve diretamente responsável por esse projeto, o arquiteto Carlos Castanheira, depois darei informações subsequentes a este Órgão. -----

----- - Pelo segundo ano consecutivo foi realizado em Oeiras o Madeiro, desta vez no Picadeiro do Jardim Municipal de Oeiras. -----

-----No ano passado foi no estacionamento do Palácio do Marquês correu muitíssimo bem. Essa ideia surgiu há dois anos atrás, quando fizemos a Festa de Natal para os filhos dos nossos funcionários, em que as crianças, que são muito genuínas e espontâneas, nos disseram que a melhor memória que ficaram dessa festa tinha sido a fogueira que estava perto do sítio onde se iam levantar os presentes.-----

-----No ano seguinte e até porque é uma tradição o Senhor Presidente fê-lo no

estacionamento dos jardins do Palácio do Marquês, foi um evento com enorme sucesso e este ano voltamos a replicá-lo no Picadeiro do Jardim Municipal.-----

----- Para terem uma noção estiveram dezasseis unidades orgânicas do Município envolvidas na realização deste evento, estiveram cerca de dez mil pessoas, foram envolvidas várias entidades do Concelho, desde o Ranchos Folclóricos de Vila Fria, a Banda Municipal do CCD de Oeiras, o Coro de Santo Amaro de Oeiras, os Bombos de Amarante, os Escuteiros Mil Trezentos e Cinquenta e Quatro de São Julião da Barra, o Grupo Coral Instrumental Norte e Sul.

----- Foi um evento com enorme sucesso onde houve a possibilidade de as pessoas conviverem, até parecia que tínhamos posto no nosso caderno de encargos uma tarde muito bem passada, porque até o tempo ajudou e proporcionou às dez mil pessoas que por ali passaram uma tarde fantástica.-----

----- É propósito deste Executivo fazer com que este evento se afirme no nosso território, passe a ser também uma tradição de Oeiras. -----

----- - Ao nível das obras já tiveram evidências de que a obra de implementação da rotunda de Oeiras do Piauí já se iniciou, tem um prazo de cento e vinte dias. Obviamente, que as obras das rotundas são obras lentas, vê-se pouca obra propriamente dita em termos de desenvolvimento, estamos a acompanhar diretamente com a empreiteira Protecnil, a qual brevemente também irá fazer novas obras em Oeiras, designadamente a ciclovia empresarial, que irá ter início também no mês de janeiro, assim como, outras obras que estão a acontecer nas proximidades, designadamente na rotunda do J. Pimenta, na rotunda de Leceia e Miraflores, que também irão terminar este mês e que, obviamente, trazem alguns constrangimentos decorrentes de todas elas para os nossos munícipes.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** começou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

-----“Em primeiro lugar desejar a todos um bom ano. -----

----- - No passado domingo decorreu a final do programa Experimenta-te, no Nirvana Estúdios, foi um sucesso estrondoso com centenas de pessoas a verem os seus filhos aquando das apresentações finais.-----

----- - Na segunda-feira, realizou-se a Gala do Teatro, não tive oportunidade de estar presente, porque estava no jantar da Assembleia Municipal, mas tenho conhecimento que foi um sucesso onde os pais e as crianças choraram, é muito gratificante.-----

----- - Aproveito para informar, que no próximo domingo, às nove horas, será a final do musical, estão todos convidados a estarem presentes, vale a pena irem.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

-----O Senhor Vereador Nuno Neto iniciou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Começo por desejar um ano muito feliz a todos os presentes.-----

-----Não tenho propriamente informações, mas queria comentar um tema que foi abordado pela Senhora Vereadora Joana Baptista, a rotunda da Rua Oeiras do Piauí e apesar dos constrangimentos que são necessários a qualquer obra, vai ser e porque até moro na envolvente, uma obra fundamental para de uma vez por todas acabar com a sinistralidade, que era muita, naquele cruzamento.-----

-----É uma obra de uma importância extrema para quem mora na zona e uma via principal até para quem circula entre Oeiras e Paço de Arcos. -----

-----Dizer ainda, que decorreu aquilo que todos os Senhores Vereadores já tiveram conhecimento, o almoço de Natal dos funcionários e a da Festa de Natal dos filhos dos funcionários, apesar dos constrangimentos do tempo, mais uma vez, se cumpriu a tradição, tenho recebido várias manifestações de agrado pela forma como este ano decorreram estas festividades.” -----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA AMÉLIA PALMA: -----

----- A **Senhora Vereadora Amélia Palma** deu início ao período de informações da seguinte forma: -----

----- “Em primeiro lugar desejar bom ano e muita saúde para todos e bom trabalho, foi uma coisa que eu não fiz o ano passado e fui muito criticada e justamente, portanto, tenho agora ocasião de me redimir de alguma forma dessa falha inicial. -----

----- Gostaria de pedir à Senhora Vereadora Joana Baptista um pouco mais de detalhe sobre o projeto de observação, com os passadiços, junto às árvores, se permite observar as aves e como é que é feita a orientação dos visitantes.-----

----- É uma coisa para já relacionada com o meu local de trabalho e, por outro lado, com a minha profissão, porque em silvicultura estudamos tudo, estudamos as aves e esta observação, do ponto de vista da educação ambiental pode ser interessante, se me puder dar algum detalhe mínimo, porque esse projeto deve ser, de facto, interessante, com uma componente lúdica e de educação ambiental. -----

----- Como é que se processa? As pessoas não podem ir para ao pé das copas fazer barulho, deve haver algum processo de aproveitarem, mas tem que haver alguma orientação...” --

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte: -----

----- “Em Oeiras ainda é só uma ideia, podemos trazer uma boa prática para cá, até porque ainda vamos fazer uma reunião com o autor do projeto, o arquiteto Carlos Castanheira, de qualquer das formas aquilo que se conseguiu visualizar em Serralves são passadiços em madeira, estamos a falar de um percurso com duzentos e sessenta metros de comprimento, com o expoente máximo de vinte e cinco metros de altura, são passadiços totalmente em madeira que passam a altura da copa das árvores e cada vez que se passa junto de uma árvore ou espécie junto à estrutura de madeira, há um letreiro onde se faz o enquadramento ambiental e específica que tipologia de árvore é aquela.-----

----- É uma obra que se insere muito bem naquela natureza, por ser discreta e além do

mais onde está localizada consegue-se ver toda a extensão do parque, designadamente todos os prados que se localizam numa zona contígua àquela estrutura. -----

-----É uma boa ideia, é uma boa prática e poderá resultar em Oeiras, vamos ver o que é que resulta a reunião que teremos com o arquiteto autor do projeto.” -----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** no seu período de informações começou por dizer o seguinte: --- -----

-----“Desejo um bom ano a todos, que seja um ano profícuo para todos nós e para o Concelho que representamos. -----

----- - Das minhas presenças vou tentar resumir o mais breve possível, porque nós em Dezembro não demos informações, mas há aqui alguns momentos importantes para dar informação como é o caso conferência de imprensa de apresentação do “Festival Nos Alive”, para este ano de dois mil e vinte, que teve lugar no dia cinco de dezembro.-----

-----É o momento onde começa a preparação, provavelmente do maior evento ou aquele de maior projeção que se desenvolve no Concelho de Oeiras, cuja preparação leva cerca de sete ou oito meses, e representa bem o grau de profissionalismo que é colocado na realização de eventos desta dimensão, que começam a ser preparados com mais de um ano de antecedência. ---

-----O momento da conferência de imprensa é só de anúncio público, porque a preparação vem muito antes, portanto, dizer que também já está a ser trabalhada ao nível dos Serviços da Câmara.---- -----

----- - Salientar também a apresentação de um novo “Festival Oeiras Valley”, no Jardim do Palácio do Marquês de Pombal, é um festival que faltava no calendário de eventos que o Município de Oeiras vai apoiando e que é baseado mais em “Folk e Rock Music”.-----

-----Já foram anunciados três artistas, creio que é o “Cat Stevens”, Marisa Monte e os “Lighthouse Family”, que são garantia de êxito musical do festival e será mais um grande evento

que agora toma forma no Concelho de Oeiras e que vem substituir um vazio que estava há algum tempo por preencher. -----

----- - No dia doze de dezembro, teve lugar a Assembleia Intermunicipal da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, na Cidade de Grândola, onde foi apresentado o plano de atividades da rede para o próximo ano.-----

----- - Nas últimas semanas teve lugar a primeira apresentação, depois a largada do Navio Escola Sagres, no qual o Município de Oeiras embarcou duas pipas de Vinho de Carcavelos. ----

----- Vão dar a volta ao mundo na réplica da viagem de Fernão Magalhães, foi um momento particularmente emocionante para todos os que estiveram, quer na apresentação do projeto, quer depois na largada do navio, pela simbologia do mesmo e pela ligação com a história de Portugal e como o Senhor Presidente disse nas suas redes sociais, o navio escola partiu de Lisboa e atravessou a barra do Tejo como no passado as caravelas-portuguesas partiam para os novos mundos onde os portugueses deram muito. -----

----- Foi um momento bastante emocionante para todos os que ali estiveram presentes e cujo fruto da viagem será ter um Vinho de Carcavelos específico, certamente, muito mais precioso e valioso depois de fazer o mesmo trajeto que Fernão Magalhães fez há quinhentos anos.” ---- -----

10 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dando conhecimento do seguinte: -- -----

----- “O mês que findou foi um mês de muita atividade, foi bem aproveitado do ponto de vista da simbologia do Natal.-----

----- - Decorreram os tradicionais almoços com os idosos, desta vez tivemos que desdobrar o almoço visto que começámos há uns anos atrás com trezentos ou quatrocentos, há dois anos com cerca de seiscentos ou setecentos, no ano passado com mil e duzentos e este ano

com mil e quinhentos, por isso teve que se fazer um desdobramento desse almoço. -----

----- - Decorreu o tradicional almoço com os trabalhadores do Município, a entrega de prendas aos filhos dos funcionários, que decorreu na Capital do Natal e tudo isto culminou com o madeiro de Reis que se realizou no passado sábado e que merece referência.-----

-----Há dois anos começou por ser uma fogueira para ilustrar a festa dos filhos dos funcionários, as crianças gostaram muito e muitas delas perguntaram se ia haver ou não outra fogueira e foi aí que se decidiu fazer o primeiro madeiro.-----

-----Nas nossas expectativas pensava-se que pudessem comparecer à volta de mil ou mil e quinhentas pessoas e compareceram três mil. -----

-----Este ano foi feita um pouco mais de publicidade, particularmente nas redes sociais e foram feitos alguns cartazes que foram espalhados pelo Concelho e as expectativas foram largamente ultrapassadas, porque passaram por ali, segundo as estatísticas que me enviaram, dez mil pessoas. É notável a adesão popular que se verificou.-----

-----O ano passado realizou-se no parque de estacionamento do Palácio do Marquês, este ano fizemos no picadeiro e o espaço já se revelou pequeno. -----

-----Julgo que não temos possibilidade noutro lugar, não estou a ver um espaço mais adequado do que aquele, eventualmente, no próximo ano, o madeiro será no local onde foi este ano, mas a parte da comida, da bebida e da zona de estar terá que passar para a parte do jardim a norte do madeiro. -----

-----Já tive oportunidade de dar esta nota ao Senhor Vice-Presidente, faz todo o sentido que este evento possa ser explorado do ponto de vista turístico. -----

-----Pode ser uma atração turística muito interessante para todos aqueles que, sobretudo, nessa época, demandam particularmente à cidade de Lisboa e que não será difícil deslocarem-se para Oeiras. -----

-----Tive oportunidade de verificar, por volta das vinte horas e trinta minutos, que na Vila

havia trânsito e peões, não me recorda de ver tanta gente a circular como no passado sábado, é um evento que vale a pena repetir e pedia à Senhora Vereadora Joana Batista que se encarregue de transmitir aos Serviços envolvidos o nosso reconhecimento. -----

----- Foram dezasseis unidades orgânicas, várias entidades externas, mas em particular o pessoal operacional que participou na montagem do madeiro, tive oportunidade de verificar o esforço que fizeram com todo o entusiasmo e empenhamento com que se dedicaram a essa tarefa, por isso, expresso aqui o meu reconhecimento, mas julgo que valerá a pena a Senhora Vereadora, pessoalmente, através dos dirigentes, transmitir a satisfação da Câmara Municipal. -----

----- - No dia dezoito foram entregues cerca de três mil e quinhentos cabazes a moradores nos bairros municipais. -----

----- - No dia dezanove estive presente na inauguração das obras do Centro de Dia e Lar de Queijas, o qual ficou com uma nova cozinha, sala de refeições polivalente, dando mais conforto a todos os utentes. -----

----- - Durante este dia decorreu a Conferência de Imprensa do Festival dos Jardins do Marquês, já está anunciado o primeiro artista o “Cat Stevens” entre outros, tudo indica que irá ser um excelente festival. -----

----- - No dia vinte, no edifício Átrium, procedemos à entrega de vinte e dois fogos a famílias carenciadas e algumas delas até muito carenciadas, uma delas vivia numa garagem, outra vivia num carro e outra caiu-lhe em cima o teto da casa, para não falar já da situação social de outras famílias que realmente estavam numa situação muito complicada, algumas objeto de violência doméstica e viram assim pôr cobro a essa situação, através da atribuição do fogo o que realmente confirma que o conforto da casa é determinante para o crescimento harmonioso e bem-estar na vida. -----

----- - No mesmo dia, estive presente na festa de Natal dos aposentados da Câmara e dos SIMAS, organizada pelo CCD. -----

----- - Do dia vinte e seis, tive oportunidade de visitar o auditório do Coro de Santo Amaro de Oeiras, que ocupa duas antigas salas de cinema do Alto da Barra, já é pequeno para as atividades do coro.-----

-----Pretende-se que ali se realizem algumas obras de adaptação que permitam uma melhor atividade, será uma obra que andarà na ordem dos quinhentos mil euros, mas que vai corresponder a um “upgrade” das condições de trabalho do coro, porque não basta dizer que o Coro de Santo Amaro de Oeiras é o “ex-libris” do Concelho, temos que os tratar como tal. -----

----- - Ainda no dia vinte e seis, com a Senhora Vereadora Joana Baptista, fiz algumas visitas, no âmbito da arborização, designadamente nas oficinas de Vila Fria e na praia de Algés, que em dois mil e vinte passará a ser mais uma praia acompanhada e gerida pela Câmara Municipal com a instalação de algum equipamento e alguma arborização dando condições, não diria balneares, mas é indiscutível que as pessoas vão lá tomar banho, terão que ser postas algumas indicações a dizer que a praia para tomar banhos de sol é ótima, para chapinhar também, mas temos que recomendar que não mergulhem, porque não parece que a água esteja em condições de o fazer, de todo o modo, está no imaginário de muitas pessoas de Algés, vamos pô-la em condições de utilização pelo munícipes do Concelho. -----

----- - No dia vinte e sete, tive oportunidade de visitar a casa do Igrejas Caeiro para verificar as obras que já estão concluídas, só falta um pormenor ao nível dos chuveiros, está a ser tratado o projeto para a vedação e arranjos exteriores, vai-se instalar todo o mobiliário que era seu espólio, sobretudo, ao nível dos quartos e da sala, tudo o que estava na casa vai ser restaurado e instalado.-----

-----O único mobiliário novo que ali vai ser instalado, é nos novos quartos que foram construídos ao nível do rés-do-chão da moradia.-----

----- - No dia trinta, fizemos uma visita a Algés, designadamente ao Largo Maria Leonor, onde foi construído o arruamento entre o UDRA e o Largo Maria Leonor.-----

----- Era um pequeno arruamento que há anos os moradores pediam uma intervenção que permite uma melhor circulação e realmente ficou concluído. -----

----- - Aproveitámos para visitar o chamado Quintalão, que é uma pequena quinta que foi comprada há uns anos pela Câmara Municipal, na margem direita da Ribeira de Algés que também está em curso um projeto para ali realizar um espaço destinado a hortas urbanas e um espaço relvado, além do restauro de toda a área hidráulica. -----

----- Precisamente porque o projeto pode estar ainda um bocado demorado, vai ser feita uma intervenção para o abrir já ao público de maneira a que as pessoas possam circular entre o Largo Maria Leonor e o Largo Augusto Madureira. -----

----- Também visitámos em Algés, onde já se chegou a negociações finais de mais três prédios que irão ser demolidos, espero que na próxima semana, restará apenas um prédio que é aquele onde está a oficina de serralharia mecânica, portanto, também já chegámos a acordo com o proprietário, ainda estão em negociações com o inquilino, não sei como está a situação, julgo que depois de se deitar esses prédios abaixo fica só apenas aquele. -----

----- Isto vai permitir que no dia dezasseis deste mês iremos fazer uma reunião, para a qual estão convidados todos os Vereadores, no Palácio Anjos, uma reunião onde estão convocados alguns arquitetos, engenheiros e diversas personalidades, para fazermos um debate a propósito daquilo que poderá vir a ser toda aquela zona da Avenida dos Bombeiros Voluntários incluindo a antiga Praça de Touros, no fundo, recolher algumas ideias e que tipo de equipamento público/privado, etc., que ali pode ser instalado no sentido de abrirmos o concurso para o projeto.

----- - No dia três de janeiro decorreu um jantar, começa a ser tradição também, com a área financeira. -----

----- Este jantar normalmente é feito no dia trinta ou trinta e um de dezembro que corresponde ao fecho de contas, desta vez como fechou no dia trinta, porque no dia trinta e um havia tolerância de ponto, o jantar passou para o dia três de janeiro. -----

----- - Na sequência da proposta de deliberação de Câmara da instalação e construção de presépios em todas as paróquias, foram construídos presépios, mais alguns pelos Bombeiros de Oeiras e pela Luta pela Casa.-----

-----Estou convencido que o presépio que deu mais trabalho foi o da Luta pela Casa, porque é um presépio realmente muito grande, com muitas peças, mas a escolha do presépio vencedor incidu sobre o presépio de Oeiras e São Julião da Barra, que terá sido levado a cabo pelos escuteiros.-----

----- - No dia cinco de janeiro estive presente com alguns Senhores Vereadores na cerimónia da largada do Navio Sagres, que leva duas barricas de vinho Villa Oeiras-Carcavelos, o chamado torna-viagem, que daqui por dois anos esperemos estar a comercializá-lo, eu até já pensei no preço, mil e quinhentos euros cada garrafa, independentemente de termos uma garrafa para oferecer ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Presidente da República, ao Chefe de Estado-Maior da Armada, enfim, haverá algumas prendas, mas os colecionadores estarão com certeza muito interessados em ter uma garrafa destas. -----

-----Estaremos presentes em apresentações no Navio Sagres no Rio de Janeiro, Xangai e Tóquio, podiam ser outras cidades mas escolhemos estas três onde serão feitas apresentações relativamente a incentivos ou investimentos no nosso Concelho nessas regiões. -----

----- - No dia seis de janeiro tivemos as janeiras cantadas por crianças do infantário do Centro Social Paroquial de Oeiras.-----

----- - Na segunda-feira decorreu o jantar de Natal da Assembleia Municipal, no Palácio do Marquês de Pombal. -----

----- - Ontem tive a oportunidade de visitar o "atelier" da escultora Joana Vasconcelos, como sabem é natural e residente no nosso Concelho. -----

-----Fiquei realmente surpreendido com a dimensão daquele "atelier", dizem que é um dos cinco maiores "ateliers" do género do mundo, para além de ser um "atelier" é uma fábrica,

na medida em que são setenta colaboradores, entre engenheiros, arquitetos, bordadeiras e tecedeiras, portanto, a Joana Vasconcelos já tem trabalhadores nos Açores, na Vila da Feira, um pouco por todo o País a fazerem bordados, etc., que são utilizados depois nas esculturas dela, é talvez neste momento a artista mais internacional de Portugal. -----

----- Para quem pensa que ela só fazia sapatos grandes, na realidade a diversidade artística da Joana Vasconcelos é extraordinária e vale a pena. -----

----- Ela pretende fazer um Museu aberto no Concelho de Oeiras, que é o Concelho dela, foi um dos temas que estivemos a discutir de forma a que possa ser um museu, que ao mesmo tempo é “atelier” e que as pessoas e os jovens das escolas possam visitar com todos aqueles artistas a trabalhar. -----

----- Ela vai nos mandar um programa, vamos analisar a situação e vamos ver qual é o andamento que lhe damos. -----

----- - Durante o mês de fevereiro, virá à Câmara uma proposta de deliberação, porque esta semana acabei de dar luz verde para avançarmos, finalmente, com a candidatura para a Capital Europeia da Cultura, do nosso Município. -----

----- Tínhamos algumas dúvidas e uma delas incidia no facto do Convento da Cartuxa ainda não ter passado para a gestão da Câmara Municipal. -----

----- Vai haver uma reunião, julgo que no dia vinte deste mês, em Coimbra, promovida ou proposta pela Câmara Municipal de Faro para um encontro de todas as cidades ou todos os Municípios que tencionam apresentar candidaturas para a Capital Europeia da Cultura, para já será Coimbra, Guarda, Leiria, Évora, Faro, Portimão e Oeiras. -----

----- Neste momento, está em fase de avaliação o Convento da Cartuxa, na sequência da sugestão da própria Direção-Geral do Património, portanto, estamos convencidos que ao longo deste trimestre haverá um acordo com o Governo, no sentido de transferência de gestão do Convento da Cartuxa, de resto, o anúncio da candidatura a Capital Europeia da Cultura,

possivelmente, até pode ser um fator de aceleração, portanto, julgo que estão criadas condições para nós avançarmos com esta candidatura e termos condições de ter o melhor comissário. -----

-----Esse comissário está cá na Câmara, é o doutor Barreto Xavier, dificilmente se encontrará a nível nacional um melhor comissário do que ele, pela experiência que tem justamente nesta área. -----

-----Eu já tive a oportunidade de ter uma conversa com ele e ele aceita essa incumbência além do cargo que tem como Diretor Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Cultura.

----- - Gostaria de dar também uma nota sobre a sinistralidade, são coisas que às vezes falamos pouco, mas que não deixa de ser importante, porque o problema da sinistralidade tem a ver com muita coisa, tem a ver com educação cívica dos condutores, tem a ver com a qualidade das estradas e dos arruamentos, tem a ver com a sinalética, tem a ver com tudo, portanto, tudo contribui para que os índices de sinistralidade sejam melhores. -----

-----Com base na informação disponibilizada pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, são estes os dados atualizados relativamente à sinistralidade da Área Metropolitana do Concelho de Oeiras: -----

-----“...Em dois mil e dezoito, ocorreram no território de Oeiras um total de seiscentos e dezoito acidentes dos quais seiscentos e dezasseis foram acidentes com feridos e dois com mortos. Na mesma data em Portugal foram registados um total de trinta e cinco mil oitocentos e dois acidentes, seiscentos e trinta e oito das quais com vítimas mortais. -----

-----Em termos nacionais a região Norte foi onde ocorreu a maior percentagem de acidentes, trinta e quatro por cento, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa com vinte e sete por cento de acidentes e com dezanove por cento de vítimas mortais. Por sua vez na Área Metropolitana de Lisboa foi o município de Lisboa que apresentou a percentagem mais elevada de acidentes com vítimas, Oeiras surge com seis por cento do total dos acidentes ocorridos na Área Metropolitana de Lisboa, em dois mil e dezoito. -----

----- Do total das setecentas e trinta e oito vítimas na sequência de acidentes de viação em Oeiras, houve setecentos e trinta e seis feridos leves, dez feridos graves e duas vítimas mortais. --

----- Oeiras apresenta o menor índice de gravidade (zero vírgula trinta e dois) entre os dezoito Municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Este índice é calculado pelo número de óbitos por cem acidentes com vítimas.-----

----- Em Oeiras entre dois mil e catorze e dois mil e dezoito verificou-se uma variação de mais sete vírgula um por cento no total de acidentes de viação com vítimas.-----

----- Portugal foi, em dois mil e dezassete, o décimo segundo País da União Europeia com mais vítimas mortais de acidentes nas estradas (três mil duzentos e dezassete) e o oitavo quanto ao número de feridos (sessenta e oito mil setecentos e noventa e três).-----

----- Em que Municípios da Área Metropolitana de Lisboa há mais e menos mortos e feridos na sequência de desastres nas estradas? -----

----- Acidentes de viação com vítimas por Município da Área Metropolitana de Lisboa, dois mil e dezoito.-----

----- - Total de acidentes: -----

----- Primeiro - Lisboa;-----

----- Segundo - Sintra;-----

----- Terceiro - Loures;-----

----- Quarto - Cascais;-----

----- Quinto - Amadora;-----

----- Sexto - Oeiras;-----

----- Sétimo - Almada; -----

----- Oitavo - Seixal; -----

----- Nono - Setúbal;-----

----- Décimo - Odivelas;-----

-----Décimo primeiro - Vila Franca de Xira; -----
-----Décimo segundo - Palmela; -----
-----Décimo terceiro - Mafra; -----
-----Décimo quarto - Barreiro; -----
-----Décimo quinto - Montijo; -----
-----Décimo sexto - Moita; -----
-----Décimo sétimo - Sesimbra; -----
-----Décimo oitavo - Alcochete. -----
----- - Acidentes com feridos: -----
-----Primeiro - Lisboa; -----
-----Segundo - Sintra; -----
-----Terceiro - Loures; -----
-----Quarto - Cascais; -----
-----Quinto - Oeiras; -----
-----Sexto - Amadora; -----
-----Sétimo - Almada; -----
-----Oitavo - Seixal; -----
-----Nono - Setúbal; -----
-----Décimo - Odivelas; -----
-----Décimo primeiro - Vila Franca de Xira; -----
-----Décimo segundo - Palmela; -----
-----Décimo terceiro - Mafra; -----
-----Décimo quarto - Barreiro; -----
-----Décimo quinto - Montijo; -----
-----Décimo sexto - Moita; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Décimo sétimo - Sesimbra;-----
----- Décimo oitavo - Alcochete. -----
----- - Acidentes com mortos: -----
----- Primeiro - Lisboa;-----
----- Segundo - Palmela; -----
----- Terceiro - Loures;-----
----- Quarto - Seixal; -----
----- Quinto - Sintra;-----
----- Sexto - Cascais; -----
----- Sétimo - Amadora; -----
----- Oitavo - Mafra;-----
----- Nono - Montijo;-----
----- Décimo - Alcochete;-----
----- Décimo primeiro - Almada; -----
----- Décimo segundo - Sesimbra;-----
----- Décimo terceiro - Barreiro;-----
----- Décimo quarto - Setúbal; -----
----- Décimo quinto - Vila Franca de Xira; -----
----- Décimo sexto - Moita; -----
----- Décimo sétimo - Odivelas; -----
----- Décimo oitavo - Oeiras....” -----

**11 - PROPOSTA Nº. 936/19 - GPI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
PREMIVALOR - ESTUDOS, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, LDA., PARA A
ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PRÉMIO “OEIRAS VALLEY”, 1ª. EDIÇÃO 2019-
2020:-----**

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

12 - PROPOSTA Nº. 1/20 - DC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FORÇA MAIOR, UNIPESSOAL, PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO “THE GUITAR BARREL”: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à produtora Força Maior, Unipessoal, para a prossecução do projeto “The Guitar Barrel” - Guitarras do Marquês, com a finalidade de se produzir um documentário, de divulgação nacional e internacional, no valor de trinta mil euros. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea e), conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u), todos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizadas junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira poderão receber

apoios a aprovar no âmbito da presente proposta.-----

13 - PROPOSTA Nº. 2/20 - DP - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITA NA AVENIDA AURORA, EM TERCENA, BARCARENA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal da desafetação da parcela de terreno com a área de trezentos e sessenta metros quadrados, do domínio público para o privado, a qual confronta a norte com Avenida Aurora, número dezassete, a sul com Avenida Aurora, número treze, a nascente com Avenida Aurora e a poente com Rua António Feliciano de Castilho, números oito e dez. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea q), trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto e ainda no disposto no artigo décimo sétimo, do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, na redação da Lei número oitenta e três-C, de dois mil e treze, de trinta e um de dezembro. -----

14 - PROPOSTA Nº. 3/20 - PCM - DESCABIMENTAÇÃO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 762/19 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS, PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, FORMAÇÃO E OBRAS NOS QUARTÉIS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente,

do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a alteração da proposta de deliberação número setecentos e sessenta e dois, de dois mil e dezanove - “Comparticipação financeira para aquisição de viaturas, Equipamentos de Proteção Individual, Formação e Obras, às várias Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários” e a respetiva descabimentação: -----

-----À Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Algés o valor total de quatro mil novecentos e dois euros e cinquenta e nove cêntimos;-----

----- À Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora o valor total de cento e um euros e trinta e dois cêntimos.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugado com o artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

15 - PROPOSTA Nº. 4/20 - DDS - PROJETO TEMPO JOVEM 2020: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar o Programa de Ocupação de Tempos Livres para Inclusão Profissional e Envolvimento dos Jovens, ficando em cabimento o valor de quatrocentos e cinquenta mil euros, para fazer face aos pagamentos mensais entre os meses de janeiro e dezembro de dois mil e vinte. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

----- Regulamento do Programa de Ocupação de Tempos Livres publicado pelo Edital número cento e quarenta e cinco, de dois mil e treze. -----

16 - PROPOSTA Nº. 5/20 - DPE - ATRIBUIÇÃO DE REFORÇO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA - RESIDÊNCIA PAROQUIAL, PARA AS OBRAS DE IMPERMEABILIZAÇÃO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o reforço no valor de seis mil euros, ao subsídio atribuído no protocolo número quatrocentos e setenta e sete, de dois mil e dezoito, para a realização de obras de impermeabilização na residência paroquial, a liquidar após receção das respetivas faturas, suportadas por autos, remetidas pela Irmandade de Nossa Senhora da Rocha. -----

----- A minuta de adenda ao protocolo número quatrocentos e setenta e sete, de dois mil e dezoito, onde se prevê a atribuição de comparticipação financeira à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, para a realização de obras de impermeabilização na Residência

Paroquial. Condicionar a atribuição concreta da comparticipação a atribuir à verificação da existência da situação contributiva e fiscal regularizada daquela entidade junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, todos do Regime da regulação da obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares. -----

17 - PROPOSTA Nº. 6/20 - DPU - REQTº. 10777/19 APENSO AO 1423/1983 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 22/1988, SITO NA QUINTA DO MINOTE, EM CARNAXIDE, SOLICITADO POR MÁRIO GIL PINTO DAS NEVES: -----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“Tendo em conta que é um alvará de loteamento, número vinte dois, de oitenta e oito, tem a ver apenas com a questão do lote sete, ou seja, o lote sete tinha uma função, antes era indústria e serviços e o que se está a propor é que possa ter também parte de comércio e restauração, tendo em conta que o objetivo é a instalação de um “Burger King” naquela zona.----

-----A minha preocupação tem a ver com as questões da mobilidade e da acessibilidade, não se trata só de uma unidade comercial, trata-se da entrada e saída de carros e é necessário fazer aqui algum acerto das vias de acesso de entradas e saídas.”-----

-----O Senhor Presidente referiu o seguinte: -----

-----“Em termos de projeto tem que se ver isso.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo

Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração do alvará de loteamento número vinte e dois, de mil novecentos e oitenta e oito, sito na Quinta do Minote, em Carnaxide e solicitado pelo proprietário do lote sete, Mário Gil Pinto das Neves.-----

----- Comunicar ao requerente. -----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois e número três, do artigo vigésimo sétimo, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis, de dois mil e catorze, de nove de setembro. --

18 - PROPOSTA Nº. 7/20 - DC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO “INTERVALO, GRUPO DE TEATRO”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de cinco mil euros, ao “Intervalo, Grupo de Teatro”, para organização da cerimónia de homenagem à atriz Lurdes Norberto, a ter lugar no dia vinte e sete de janeiro no Auditório Municipal Lurdes Norberto.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, ambos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Regulamento à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovado pelo Decreto-Lei

número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

-----À luz do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário, apenas as entidades que tenham a sua situação contributiva e fiscal regularizada, junto da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão receber os apoios concedidos por entidades públicas. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, todos do Regime jurídico da obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, aprovada pela Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, ambos do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

19 - PROPOSTA Nº. 8/20 - DOM - Pº. 2019/94 - DEM - “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS” - RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE ESCLARECIMENTOS, ERROS, OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Amélia Palma** disse o seguinte: -----

-----“Vou fazer entrega de uma declaração de voto, que resume o que nós pensamos, porque parece que há uma série de ilegalidades em todo este processo, relativamente a decisões do júri.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

-----“Em relação à matéria em causa é bom que se lembre a história do processo. -----

-----Há um grande histórico deste processo intitulado Fórum Municipal, o qual se iniciou

há bastantes anos, teve arranques e paragens.-----

----- O processo do Fórum Municipal - edifício sede da CMO, começou em nove de maio de dois mil e seis com a abertura de procedimento por concurso público internacional para aquisição de trabalhos de conceção do novo edifício sede da CMO.-----

----- Continuou em nove de abril de dois mil e oito com a homologação e adjudicação da prestação de serviços e pagamento de prémios ao segundo e terceiro concorrente, em vinte e um de abril de dois mil e dez, foi aprovada minuta de contrato, em a catorze de dezembro do mesmo ano foi aprovada a aquisição do projeto de conceção do edifício da sede da CMO. Mais tarde, a nove de maio de dois mil e doze é feita em reunião de Câmara a apresentação do projeto do Fórum Municipal. A dezanove de dezembro de mil e doze é feita a segunda adenda ao contrato de prestação de serviços, depois a vinte e quatro de junho de dois mil e treze é aprovada a terceira adenda ao mesmo contrato de prestação de serviços. -----

----- Na reunião de Câmara de dezasseis de julho de dois mil e catorze é realizada uma nova apresentação do Fórum Municipal de Oeiras sendo, posteriormente em reunião de Câmara de trinta de julho de dois mil e catorze aprovada a quarta modificação ao contrato.-----

----- Na reunião de Executivo municipal de vinte e quatro de setembro de dois mil e catorze é aprovada a alteração ao projeto do Fórum, despachado pelo Presidente e a ratificação desse ato administrativo aprovada nessa mesma reunião.-----

----- Na reunião de Câmara do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezasseis é aprovado o projeto de execução do Fórum Municipal. -----

----- Finalmente a doze de dezembro de dois mil e dezassete, já com o novo Executivo Camarário, presidido por Isaltino de Moraes é aprovada a quinta alteração ao contrato, bem como a transferência de verbas para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte.-----

----- A quinze de julho de dois mil e dezanove na reunião da Câmara Municipal é apresentado em “Power Point“ o projeto de execução do Fórum Municipal, tendo sido aprovado

por maioria do Executivo Municipal, com os votos contra do PS e da CDU, o procedimento por concurso público para a execução da respetiva empreitada de obra pública bem como as peças do procedimento. -----

-----Há todo um antecedente que teve várias opiniões de diferentes intervenientes, ao longo dos anos e nem sempre coincidentes conforme as reuniões. -----

-----Há propostas aprovadas e validadas por uns, há propostas aprovadas por outros, e também outras recusadas por alguns, porque ao longo deste longo período de vários anos, os vereadores também iam mudando, e isso levava a análises diferentes em relação ao Fórum Municipal.- -----

-----Já neste mandato tivemos oportunidade de aprovar o lançamento do concurso, e recorro à discussão que tivemos sobre a matéria, discussão essa perturbada, não pelo tema em si, mas por uma frase que o Senhor Presidente na altura disse: "...Houve Presidentes de Câmara que se preocuparam primeiro com os edifícios municipais, o que não era o caso de Oeiras...", mas também não era o caso da Amadora, como o Senhor Presidente acabou por afirmar. -----

-----Esse foi o episódio mais desagradável, tudo o resto cada um assumiu o que já tinha assumido ao longo do tempo. -----

-----O PS ao longo do tempo assumiu várias posições, sempre com a preocupação que o melhor era instalar bem os Serviços, porque os trabalhadores não tinham condições de funcionamento, onde estavam e como estavam. -----

-----Uns e outros apresentaram sugestões, o processo foi abandonado, uns foram vencidos, outros convencidos, outros não foram convencidos, o que é certo é que agora se avança com a obra. -----

-----Tenho dúvidas e penso que ainda vamos a tempo de corrigir, sobre o agravamento da mobilidade, ao construir o edifício naquele local, para além de outras obras que irão ser feitas na mesma zona. -----

----- Era bom que a Senhora Vereadora Joana Baptista e o Senhor Presidente olhassem para algumas propostas que foram apresentadas para ver se com as alterações sugeridas se pode diminuir o impacto negativo que poderá ocorrer naquela zona.-----

----- Findo isto há outra questão importante. -----

----- Tive oportunidade de ver uma obra de terraplenagem num local em frente. Na altura sugeri, tendo em conta a dimensão que vai ter, tendo em conta as preocupações que o Executivo tem em dar condições aos trabalhadores, no sentido de terem os seus filhos numa creche mais próxima e assim, fora daquele espaço, mas num espaço que existe, fazer um equipamento que permita satisfazer essa necessidade.-----

----- Não me vou pronunciar sobre o concurso propriamente dito, ou se ganhou o concorrente que apresentou as melhores condições, ou melhor preço, se houve questões menos positivas, só vou falar sobre duas questões, uma já colocada pela Senhora Vereadora Amélia Palma e outra que foi colocada na altura, tendo em conta um parecer jurídico, pedido ao Gabinete de Miguel Assis Raimundo, que na página cinco, dizia o seguinte: “...na eventualidade de uma resposta negativa à primeira questão, questiona-nos ainda a Consulente se as circunstâncias do presente procedimento, nessa conjuntura, são (ou seriam) passíveis de fundamentar uma decisão de não adjudicação, enquadradas nas alíneas c) ou d), do número um, do artigo setenta e nove, do Código dos Contratos Públicos...”.-----

----- Também aqui havia uma interrogação, não sei se a interrogação é a mesma que eu tenho, mas também não vou analisá-la.-----

----- Percebendo que há aqui questões, percebendo os mecanismos deste tipo de concurso, com esta dimensão, que estão em causa determinado tipo de valores, que são importantes, estamos a pensar que a diferença entre o primeiro classificado e o terceiro, é uma coisa abismal, o que já não se torna tão abismal se olharmos para o primeiro e o segundo e depois do segundo para o terceiro.-----

-----Vou-me referir sobre a cautela que deve haver em relação aos procedimentos. -----

-----A Senhora Vereadora Amélia Palma na declaração de voto que vai apresentar disse e bem que há um conjunto de ratificações que deviam ter sido feitas na reunião seguinte.-----

-----Em relação ao primeiro ato praticado pelo senhor Presidente a vinte e nove de julho de dois mil e dezanove e sujeito a ratificação do Executivo Municipal, a primeira reunião foi a quatro de setembro, porque no mês de agosto não houve reuniões de Câmara, mas desde quatro de setembro até à presente data, houve quinze reuniões de Câmara, reuniões mais que suficientes para aprovar a respetiva ratificação.-----

-----Depois há outra decisão, tomada a treze de agosto de dois mil e dezanove, aprovada pelo Senhor Presidente, e só decorridos mais de quinze reuniões de Câmara é que será ratificada pelo executivo Camarário.-----

-----Por fim, em relação à última irregularidade, foi despachada pelo Senhor Vice-Presidente a vinte e quatro de setembro, a prorrogação do prazo, que devia ter sido ratificada a nove de outubro, tendo apenas sido presente à reunião de Câmara no dia oito de janeiro de dois mil e vinte, decorreram neste período onze reuniões de Câmara.-----

-----Há outra questão que não vou comentar, só vou alertar.-----

-----O Relatório Preliminar foi feito em catorze de outubro de dois mil e dezanove, entretanto surgiu um Parecer Jurídico em vinte e três de dezembro, há uma “décalage” de tempo, entre catorze de outubro e vinte e três de dezembro, não acredito que um Parecer Jurídico demore tanto tempo a ser elaborado.-----

-----Não me compete a mim fazer essa análise, não pondo em causa e não querendo discutir os termos do concurso e a bondade ou não daquilo que foi a contestação sobre essa matéria, que teve a ver com um conjunto de questões, de coisas que estavam omissas, foram alteradas, voltou a constar, etc., não é isso que está em causa, não é isso que altera os valores do concurso, porque os valores são mínimos, mas do ponto de vista daquilo que é um processo que

se continuar a haver contestação, ou seja, se um concorrente apresentar uma contestação, pode haver consequências. -----

----- Não fico satisfeito que assim seja, tenho pena que seja [esta a prática](#), tenho alertado várias vezes para o não cumprimento das ratificações, há dois anos que não me canso de o dizer.

----- Esta é uma obra de grande responsabilidade, é uma obra importante para o Município, mas é uma obra pesada, complexa e que custa muitos milhões, em que tudo será analisado e alvo de verificação, nomeadamente o cumprimento dos procedimentos, e que pode calhar a qualquer interveniente neste processo, uma penalização. Voto contra tendo em conta estes fundamentos e de acordo com a legislação em vigor. -----

----- Mais uma vez não cumprimos, já várias vezes chamei a atenção para que haja esse sentido e não pensarem que é a coisa menos importante. São questões menos importantes, quando as questões são menores, quando as questões são mais complexas, mais pesadas, tornam-se questões muito mais importantes.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte:-----

----- “A questão que o Senhor Vereador Joaquim Raposo colocou tem alguma pertinência e estava a solicitar esclarecimentos à doutora Tânia Penalva, e de facto, estas ratificações ao ato administrativo deveriam ter vindo logo à primeira reunião de setembro, que foi agendada para o dia quatro. -----

----- Contudo, no mês de setembro ocorreu um conjunto de pedidos de esclarecimentos e um conjunto de reclamações e foi entendimento do Município, por via desta proposta de deliberação, submeter esse conjunto de ratificações. -----

----- Esta metodologia não é a metodologia isolada que Oeiras tome, existem outros Municípios que também adotam esta mesma metodologia de trabalho, designadamente o Município de Lisboa, mas eu iria solicitar à doutora Tânia Penalva que me auxiliasse nesta metodologia que foi escolhida pelo Município.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

-----“Com todo o respeito eu sei como funciona a Câmara de Lisboa, porque fui funcionário da Câmara de Lisboa e não é exemplo para ninguém, se os outros Municípios fizerem o mesmo que faz Lisboa, vão ter outras consequências que Lisboa não terá, Lisboa está à parte.”-----

-----A **doutora Tânia Penalva** explicou o seguinte:-----

-----“Em resposta ao Senhor Vereador, diz bem, nós em Oeiras devemos agir conforme as nossas orientações, se bem que os outros Municípios não deixam de ser também um exemplo de como é que poderíamos trabalhar, melhorar, evoluir e mudar o que quer que seja, são sempre um espelho mais a mais cumprindo a legalidade.-----

-----A situação que se verificou é que só em setembro tivemos vários pedidos de esclarecimentos, de prorrogação de prazos extemporâneos e mais prorrogação do prazo.-----

-----O que temos feito noutras situações, também por uma questão de agilizar, temos feito apenas uma proposta de deliberação, por isso, termos feito esta proposta de adjudicação e ratificação das propostas do júri, que nunca aconteceu saírem sem uma homologação do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente em regime de substituição, isso é sempre acautelado e fazemos ao abrigo do artigo cento e sessenta e quatro, do Código do Procedimento Administrativo, da ratificação/sanação. -----

-----Nós na proposta não indicámos o artigo trinta e cinco expressamente do RJAL, mas ao abrigo do artigo cento e sessenta e quatro, do CPA, que é um artigo geral para sanar todos estes atos, e tal como foi referido é uma situação que se tem verificado em Lisboa e tem ido a Visto do Tribunal de Contas que nunca nos fez qualquer reparo sobre esta situação. -----

-----Estaremos sempre disponíveis para melhorar, para alterar, tomar as medidas que se achar por convenientes.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

----- “Essa é a função que tem um jurista, naturalmente, não incendiar, tentar pôr alguma água na fervura e acalmar as hostes, percebo isso e por isso, quero dizer que não esperava que fizesse outra coisa que fez e bem, mas como eu disse há pouco Lisboa não é exemplo. -----

----- A Senhora Diretora Financeira está ao seu lado e sabe bem que Lisboa não é a mesma coisa. A forma de olhar para Lisboa é diferente da forma para os outros Municípios, é totalmente diferente. -----

----- Se qualquer Município fizesse um décimo do que faz Lisboa, em relação a alguns procedimentos, vocês nem imaginam o que aconteceria. -----

----- Por isso raramente em relação a Lisboa acontece alguma coisa, até porque o Tribunal de Contas, não tem técnicos suficientes, dado o grande número de processos e a complexidade dos mesmos, para fazer uma fiscalização mais apertada a Lisboa. -----

----- Por isso, não vale a pena falarmos desse exemplo, a minha preocupação é que nós em Oeiras temos de cumprir as normas definidas na legislação acerca destas matérias. -----

----- Como se costuma dizer “com o mal dos outros podemos nós”. -----

----- Nós temos de ter uma outra preocupação em relação aos outros Municípios e permito-me dizer, dos quais me incluo, há muitos ciúmes e invejas em relação aos Presidentes de Câmara, e alguns, tudo farão para lhes criar problemas. -----

----- Não vou ler tudo o que foram as atas e as decisões das reuniões do júri. -----

----- Em relação a algumas reuniões não coloquei nenhuma questão, porque não havia obrigatoriedade de levar a ratificação ao órgão executivo, apenas ponho em causa três, todas as outras não ponho em causa. -----

----- Há um período que vai entre o dia vinte e nove de julho e dia dois de agosto que estas questões não se põem, porque só havia reunião de Câmara a partir de quatro de setembro. -----

----- No dia vinte e nove de julho e dois de agosto havia um conjunto de questões, erros e omissões, mas não havia a prorrogação dos prazos que é obrigatório ser ratificado pelo

Executivo.- -----

-----Nós podíamos ter resolvido isso, independentemente das contestações e do processo necessitar de um Parecer Jurídico, que não tinha nada a ver com essa questão. Não era preciso ter o Parecer Jurídico para validarmos aquilo que já tinha sido autorizado. Nós não fizemos por uma questão de opção, não quero pensar que seja por outro motivo, que era mais grave. -----

-----Por uma questão de opção, por isso, é que me interrogo, entre o Parecer Jurídico e entre o Relatório Preliminar até ao Relatório Final demorou dois meses.-----

-----O Relatório Preliminar é do dia catorze de outubro, e é aí que entra a questão do Parecer Jurídico, e depois demorou tanto tempo até ao Relatório Final do júri.” -----

-----A **doutora Tânia Penalva** salientou o seguinte: -----

-----“Para ser elaborado o Parecer Jurídico.” -----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:--

-----“Para elaborar o Parecer Jurídico foram precisos dois meses? -----

-----Não vou ler reunião a reunião, o que é que foi decidido em cada reunião, está claro o que tinha que vir a reunião de Câmara, para ratificar o despacho de homologação por parte do Executivo.- -----

-----Antigamente, independentemente dos pareceres ou não, a responsabilidade era sempre dos eleitos. Agora a responsabilidade é diluída nos técnicos.” -----

-----A **doutora Tânia Penalva** esclareceu o seguinte:-----

-----“Sobre a questão do Parecer Jurídico, como qualquer outra aquisição de bens e serviços obedeceu a um procedimento de contratação que também demora os seus trâmites e até a própria decisão de obter um parecer jurídico também não foi de imediato.-----

-----Lisboa pode ter sido um exemplo, mas nós não usamos Lisboa como exemplo cego, temos que adaptar, mas também temos que ver o que é que se passa à nossa volta para tentar melhorar e modificar, mas sobretudo, melhorar procedimentos. -----

----- Como também referi o Tribunal de Contas já nos tem visado contratos com esta mesma metodologia, ou seja, de ratificar com a adjudicação. -----

----- Esta ratificação, o máximo que teria de penalização seria anulabilidade, mas essa anulabilidade é sanável a todo o tempo, porque o parecer jurídico diz respeito à análise da proposta, diz respeito ao concurso, não diz respeito a esta questão das ratificações.” -----

----- O **Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Vou dar a minha opinião sobre esta matéria, tendo feito um acompanhamento, não digo muito próximo, mas com alguma distância, mas daquilo que me foi dado observar ao longo deste processo, em primeiro lugar, estamos perante um processo que, de facto, é complexo. Desde o início que nós sabíamos a partir da abertura do concurso público que não ia ser um processo fácil, até porque associam-se aqui duas questões que, à partida, nos levaria a pensar que podia haver problemas ao longo do percurso: -----

----- - primeiro, é um projeto que do ponto de vista financeiro tem uma certa dimensão, logo, era natural que despertasse o interesse de várias empresas a concorrer; -----

----- - segundo, para além da questão financeira é um edifício de prestígio, ao qual, naturalmente, qualquer empresa gostará de estar associada e, portanto, também isso, por si só despertaria o interesse de várias empresas a concorrer. -----

----- Eu recordo-me que em agosto, terá havido uma empresa, acho que foi a Teixeira Duarte, que pediu uma prorrogação de prazo, o que, na minha opinião, na altura, fez sentido, porque estávamos em agosto, o agosto é sempre muito complicado para a Câmara, por isso é natural que também seja para as empresas.-----

----- Esse pedido foi aceite e prorrogado o prazo. -----

----- Curiosamente, a empresa acabou por apresentar uma proposta que estava para além da base do concurso e, portanto, foi excluída à partida. Também não percebi, porque é que apresentaram sabendo que seriam excluídos, foi um exercício gratuito que me causou alguma

perplexidade, porque ou não apresentavam a proposta, ou apresentavam uma proposta dentro daquilo que eram as balizas estabelecidas. -----

-----Há uma perspetiva técnica de análise e uma perspetiva política. Até chegar aqui à Câmara a questão é essencialmente técnica, e aqui na Câmara podem ser feitos juízos de legalidade pelos Senhores Vereadores, de acordo e no âmbito do conhecimento jurídico que cada um tenha, mas a apreciação é essencialmente mérito e, portanto, é uma apreciação política. -----

-----No que diz respeito às ratificações necessárias subsequentes à prática do ato, portanto, na primeira reunião de Câmara, como calculam eu não me apercebi disso, e não sei se a Vereadora Joana Baptista se percebeu, mas é natural que quando o Presidente ou Vice-Presidente em substituição do Presidente, despacham um determinado processo, que deve ser objeto de ratificação na reunião seguinte, obviamente, que os Serviços têm obrigação de preparar a proposta de deliberação para ratificação do ato a seguir. -----

-----É muito difícil e não é o Presidente da Câmara ou o Vereador que vai ver se foi ratificado e, portanto, há aqui responsabilidades dos Serviços no sentido que deve submeter a ratificação o ato que carece da mesma. -----

-----Já foram votadas aqui algumas justificações por requerimento, reclamações que foram apresentadas, ou pedidos de esclarecimentos, etc., certo é que a ratificação não se fez de acordo com os termos da lei que deveria ser na primeira reunião.-----

-----De todo o modo é sanado com a ratificação em reunião de Câmara, mesmo que não seja na primeira a seguir, porque não é a primeira vez que um ato não é ratificado na primeira reunião subsequente à prática do mesmo. -----

-----Sobre o problema do Parecer Jurídico, aí já tive alguma intervenção, porque disse, peçam um parecer, porque eu tive conhecimento que ia haver reclamações aquando do lançamento da primeira pedra do edifício da PHC, no Taguspark. Não conhecia o empreiteiro, mas disse-me que, provavelmente, ainda iriam ter uma outra prestação no Concelho, que era o

edifício municipal. -----

----- Eu na altura, porque já sabia que já estava feita a classificação e que aparecia em primeiro lugar a Acciona Construcción, Sociedade Anónima/Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, respondi que não era esta, ao que me respondeu nós vamos reclamar e temos razão. -----

----- Foi discutido o assunto numa reunião e disseram-me que havia problemas com as barreiras de segurança, os torniquetes. -----

----- Não percebo porque é que o edifício camarário tem que ter torniquetes, mas, estão na moda, mas não faz sentido nenhum e é mais uma burocracia. -----

----- Na altura pôs-se a dúvida se em vez de se adjudicar ao que estava em primeiro se se adjudicava ao que estava em segundo lugar, que eram mais dois milhões e trezentos mil euros, por isso pediu o Parecer Jurídico. -----

----- Na reunião com a equipa técnica, lembrei que tínhamos urgência neste edifício e não podíamos ser levados numa teia burocrática legal de discussão, de reclamações para trás e para diante, porque o Tribunal de Contas podia decidir, mas podia haver reclamações para o Tribunal Administrativo e nunca mais saímos daqui, se calhar, o melhor é anular o concurso e abrir outro novo, mas depois também me disseram que não pode ser anulado, porque o que está em primeiro lugar vai reclamar também. -----

----- Tendo em conta a complexidade desta obra, é preso por ter cão e preso por não ter. O que vai ser o desfecho final deste processo é imprevisível. -----

----- Eu sou pragmático e fazia um exercício. Se a Câmara votasse toda contra a proposta o processo parava? -----

----- Porque se o processo parasse se todos votassem contra era fácil, abria-se um concurso novo, mas mesmo que votem contra o problema é que alguém vai meter o processo em Tribunal na mesma para esta decisão ser impugnada. -----

-----De maneira que há determinados momentos em que nós temos que ser pragmáticos, portanto, a decisão de bom senso, neste momento, é votar. -----

-----Eu até compreendo que alguém vote contra por razões de natureza política, mas não havendo essa razão política, as razões de natureza legal, põem-se de uma forma e põem-se da outra, portanto, é muito difícil, neste momento, a Câmara ter um argumento jurídico que lhe permita tomar uma decisão que seja a melhor para o Município, provavelmente, a melhor seria anular o concurso e abrir um novo. Se calhar era aquela que nos fazia perder menos tempo, mas o problema é que se nós anulamos o concurso o processo não para aqui, vai haver reclamações. ----

-----Esta proposta sana qualquer irregularidade que porventura tenha havido do ponto de vista de ratificações, etc. e propõe o andamento do processo.-----

-----Não sei se vai parar aqui, não sei se mesmo com o visto do Tribunal de Contas se o segundo concorrente vai ficar calado ou vai para o Tribunal Administrativo e apresenta uma ação em tribunal, tudo pode acontecer. -----

-----Mas nós temos que tomar uma decisão que é a proposta que é trazida aqui, portanto, temos que votar.” -----

-----**O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente disse que votar contra não resolve o problema, mas votar a favor também pode não resolver, ou seja, tudo isto está metido numa salsada que tudo pode acontecer. - -----

-----Agora há uma questão nova em relação aos eleitos que votam, que não é igual, isto é só para alertar os técnicos, se os Vereadores votarem todos contra, quem tinha a penalização, eram os técnicos.-----

-----Não acho que a responsabilidade seja dos Serviços, mas concordo com o Senhor Presidente quando diz que os Dirigentes devem ler as atas, porque, de facto, não é aceitável, permanentemente, aparecerem propostas para ratificar atos administrativos, fora do prazo. Eu

compreendo que não pode ser do Senhor Presidente essa preocupação, se fizeram a proposta, tem que alguém ter esse papel, não sou eu, não é o Presidente da Câmara e tem que haver uma responsabilização, não é do ponto de vista jurídico, mas do ponto de vista funcional, porque não acredito que se os Serviços fizerem a proposta, alguém diga que não assina, ninguém faz essa loucura. -----

----- Não sei se vai haver chatices ou não, tudo pode acontecer. -----

----- Eu não me sinto à vontade, porque já tenho vindo a alertar para essa questão há dois anos, e dois anos foi tempo suficiente para perceberem que há coisas que não vale a pena porem como responsável o Presidente da Câmara, ou em quem ele delega, que assine, têm o problema resolvido e alguém que feche a porta, as coisas não são assim. -----

----- É preciso tomar uma posição porque isto vai continuar a acontecer. -----

----- Eu só vou rebater as questões que deviam ter vindo a reunião, porque não entendo a razão de não resolverem logo caso a caso e terem juntado os três casos que eram obrigatórios, porque se fossem dez eram dez que punham na proposta e isso não é aceitável de todo. -----

----- Eu vou votar contra, não voto contra o edifício, acerca desta matéria já me pronunciei no passado em relação às minhas reservas e que ainda podem ser implementadas medidas, que aligeirem os pontos negativos deste projeto, mas sim, por este conjunto de irregularidades, que do meu ponto de vista têm que ser acauteladas nas próximas situações.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Vereador Joaquim Raposo acabou de me dar uma ideia, que eu vou pôr em prática, porque não vejo hipótese para evitar situações futuras como esta, então vou fazer um despacho em que sempre que seja apresentada uma informação para aprovação de um qualquer ato que carece de ser ratificado pela Câmara Municipal, deve vir acompanhada logo da proposta de deliberação para ratificação, portanto, não haverá, de futuro, despachos a autorizar um qualquer ato que carece de ratificação pelo órgão político, que não venha imediatamente

acompanhado da proposta de deliberação. Assim é despachado e assinada a proposta de deliberação, para ser presente à reunião seguinte, isto não há nada que impeça, porque de outra forma não se consegue resolver o problema. -----

-----O que é que se pode fazer?-----

-----Instaurar um processo disciplinar aos respetivos dirigentes? -----

-----Este problema de ratificação, que não é na primeira reunião subsequente ao ato, já aconteceu várias vezes. -----

-----Muitas vezes são situações de pequena monta, não são casos como este, com a importância e peso que este tem.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Ângelo Pereira e voto contra dos Senhores Vereadores Joaquim Raposo e Amélia Palma, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, ratificar as decisões do Senhor Presidente e Vice-Presidente de aprovação das atas do júri do procedimento, respetivamente números um a quatro e número cinco, contendo esclarecimentos, decisão sobre os erros e omissões e as prorrogações do prazo para entrega de propostas.-----

-----Os relatórios preliminar e final do júri.-----

-----A adjudicação da proposta para a execução da empreitada de obra pública “Construção do Fórum Municipal, em Oeiras” - Processo número dois mil e dezanove/noventa e quatro-DEM, do concorrente Acciona Construcción, Sociedade Anónima/Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima, pelo valor de quarenta e quatro milhões novecentos e oitenta e oito mil seiscientos e setenta e sete euros e trinta e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento e com o prazo de execução de setecentos e vinte dias.-----

-----A minuta do contrato.-----

----- As nomeações da engenheira Raquel Veríssimo, da Divisão de Equipamentos Municipais, para Gestora do Contrato, da doutora Andreia Pereira, do Departamento de Obras Municipais/Unidade de Planeamento e Gestão, como Coordenadora de Segurança em Obra e do engenheiro Rui de Carvalho, da Divisão de Equipamentos Municipais, como Diretor de Fiscalização. -----

----- Nos termos do artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, nonagésimo oitavo e centésimo quadragésimo oitavo, todos do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), ambos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos de dois mil e oito), quanto à adjudicação da empreitada. -----

----- Artigos quadragésimo sexto, número um, alínea b) e quadragésimo oitavo, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto e alterações subsequentes, conjugados com o artigo ducentésimo quinquagésimo quinto, da Lei número setenta e um, de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezanove. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Amélia Palma** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “A CDU tem votado contra a construção deste edifício no local referido, por razões já anteriormente expressas, designadamente, a possibilidade de se conseguirem melhores instalações para os trabalhadores do Município aproveitando melhor as instalações hoje utilizadas e construindo novas instalações em terrenos disponíveis no Centro Histórico de Oeiras, não o esvaziando ainda mais, como virá a acontecer com esta transferência. Esta solução que

advogamos seria certamente menos onerosa para o Município. -----

-----Contudo, esta deliberação acarreta novos motivos para estarmos contra.-----

-----De facto: -----

-----Um - diz-se que foi decidido prorrogar os prazos para entrega das propostas, num primeiro prolongamento, por mais quinze dias. -----

-----Dois - diz-se, mais à frente que, com autorização do Senhor Vice-Presidente, o júri voltou a prorrogar o prazo para apresentação as propostas até sete de outubro de dois mil e dezanove.-- -----

-----Três - também se diz, textualmente: “Refira-se que o órgão competente para todas aquelas decisões é este executivo municipal”.-----

-----Nas não se diz, expressamente, os termos exatos em que a Lei refere esta competência e que abaixo transcrevemos: -----

-----“Lei setenta e cinco, de dois mil e treze - anexo primeiro - artigo trigésimo quinto - Competências do Presidente da Câmara Municipal - número três - “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade”. -----

-----Por esta razão, de não cumprimento da legislação em vigor, o voto da CDU só pode ser contra.” -----

20 - DESEJOS DE BOM ANO: -----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Desejo a todos os Vereadores e funcionários da Câmara um bom ano de dois mil e vinte, que comecem o ano com entusiasmo. -----

-----A proposta que foi aprovada também é um bom pronúncio, porque na realidade

estamos a pensar nos funcionários e nos munícipes para lhes dar melhores condições de conforto, de trabalho e de bem-estar.” -----

21 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às dezassete horas, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. -----

O Presidente,

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

(Vera Carvalho)